

Importância do Reforço Escolar



Importância do reforço escolar para crianças

Atualmente, muitas são as crianças que estudam em escolas durante um período do dia e que depois, ao chegarem a sua casa, contam com a ajuda dos pais para se aprimorar em seus estudos.

Mas para muitos especialistas em educação, este tipo de ajuda que os pais dão aos seus filhos fora da escola não é suficiente para que eles apresentem bons resultados na escola, e por este motivo, reforçam que há uma grande importância no reforço escolar.

Portanto, vamos procurar descobrir qual é a real importância do reforço escolar para a formação de crianças e para melhorar os resultados e o desempenho dos alunos nos dias de hoje.

Uma força auxiliar



Para muitos especialistas, é um fato que um professor de reforço escolar não deverá ser visto como algo tão ou mais importante do que o professor de sala de aula, já que ninguém pode substituir este último dentro do processo de aprendizagem.

No entanto, a maior parte dos especialistas acaba por concluir que o mais adequado a ser feito é enxergar o professor de reforço escolar como uma força auxiliar, que entrega uma ajuda importante para a formação e para o aprendizado da criança.

Com a utilização do reforço escolar, uma criança passa a ter acesso a mais horas de aprendizado e de estudo para as matérias que lhe trazem mais dificuldades e mais problemas.

A importância de outra linguagem

Para uma criança que faz uso do reforço escolar, uma das melhores coisas de todas é o acesso a uma outra forma de linguagem, diferenciada e mais facilitadora do que a do seu professor de sala de aula habitual.

Deste modo, ela passa a visualizar os conteúdos da matéria problemática de modo completamente diferente e muito mais abrangente, com toques e dicas que normalmente o professor de sala de aula não consegue tempo para mostrar.



A Importância para a Formação

Uma criança que apresenta dificuldades de aprendizagem durante as aulas regulares, ao ter acesso a uma série de aulas de reforço escolar, passa a ter maiores chances de ter uma melhor formação, muito mais completa.

Isto pode ser um ponto essencial e determinante para que o futuro desta criança seja completamente diferente do que seria se ela apenas tivesse tido as aulas regulares que simplesmente não eram eficazes para seu aprendizado.

E tendo contato com outro professor, ela passa a ter melhores condições de lidar com novidades, já que tem contato com outra pessoa, completamente diferente.

Reforço escolar: o que é, sua importância

Até alguns anos atrás, o **reforço escolar** era visto como algo vergonhoso, como se o aluno não tivesse a capacidade de aprender determinado conteúdo na escola ou mesmo na faculdade, mas hoje a realidade é outra, e essa prática é vista com outros olhos.

O reforço escolar é uma forma de auxiliar o aluno a compreender melhor a matéria passada na escola, e assim ajudar na fixação do conteúdo em sua mente, não decorando o que está sendo ensinado, mas sim, entendendo e buscando aplicar de alguma forma, em sua vida ou em atividades diárias.

Há aqueles pais que ajudam seus filhos nas tarefas escolares, e isso é ótimo, pois, esse tipo de atitude estreita as relações familiares, mas muitas vezes, esses pais não conseguem tirar todas as dúvidas, ou como aprenderam determinado conteúdo há alguns anos atrás, talvez os seus conhecimentos estejam desatualizados, o que pode prejudicar o processo de aprendizagem da criança.

O reforço escolar é uma força extra no processo de aprendizagem

A primeira coisa que é preciso compreender, é que o reforço escolar não deve ser tratado como algo que seja mais importante do que o conteúdo aprendido em sala de aula, o reforço escolar é um complemento desse material.

Claro que o professor de reforço escolar tem o mesmo potencial para ensinar, que um professor que leciona em sala de aula, o fato que este último não pode ser substituído, uma vez que, o processo de aprendizagem em sala de aula é essencial para o desenvolvimento da criança como pessoa, pois ali, além de aprender a ler e escrever, ele aprende a socializar e a viver em sociedade.

Portanto, o professor responsável pelo reforço, se apresenta como uma força extra para auxiliar no processo de aprendizagem, nos momentos em que o aluno esteja com mais dificuldade em uma matéria.

Dessa maneira, o reforço pode ser tratado como uma forma de permitir que a criança, tenha contato por mais tempo com aquele conteúdo que tenha mais dificuldade em compreender.

As aulas de reforço escolar respeitam os limites da criança

Cada pessoa tem um determinado tempo para aprender um conteúdo específico, e essa limitação deve ser respeitada. No caso das crianças, quando ficam sob pressão para aprender, muitas vezes elas não aprendem apenas decoram a matéria, se tornando algo temporário.

Durante as aulas de reforço escolar, o professor tende a ser mais paciente e ir de acordo com o ritmo da criança, conseguindo assim identificar onde ele tem mais dificuldade e trabalhar esse ponto com mais atenção e carinho.

O professor de reforço escolar utiliza outra linguagem

Outro grande benefício do reforço escolar, é que muitas vezes o aluno não aprende determinada matéria por não entender a linguagem utilizada por seu professor em sala de aula, mas se outro professor explicar o mesmo conteúdo de uma maneira diferente, esse aluno consegue compreender melhor e aprender o que está sendo ensinado.

Essa nova linguagem utilizada pelo professor de reforço escolar, além de diferenciada, pode conter dicas ou dependendo do conteúdo alguns macetes, que o professor em sala de aula não teve tempo para passar, e esse pode ser todo o diferencial para o processo de aprendizagem do aluno.

O professor de reforço escolar foca em problemas pontuais

Todos sabemos que independente da criança estudar em uma escola particular ou pública, o professor não consegue dar a devida atenção para todos os alunos e assim sanar as dúvidas pontuais de cada um deles.

Por outro lado, um professor de reforço escolar, está ali exclusivamente para auxiliar apenas essa determinada criança e conseguir tirar todas as dúvidas sobre a matéria que ela tem mais dificuldade em sala de aula.

Esse auxílio nas dificuldades pontuais que as aulas de reforço escolar proporcionam as crianças durante o processo de aprendizagem, pode ser fundamental para a sua formação e desenvolvimento pessoal e profissional, se pensarmos a longo prazo.

Como saber se a criança precisa de reforço escolar

Muitos pais, mesmo acompanhando o boletim de notas de seus filhos e participando ativamente das atividades da escola, não sabem qual o momento certo para contratar um professor de reforço escolar para seu filho.

Uma maneira de saber se a criança precisa de aulas de reforço escolar é manter um diálogo constante com o professor, pois, ele poderá indicar se há ou não necessidade. Os pontos que o professor irá observar no comportamento do aluno são:

- A desorganização e a não entrega das atividades relacionadas com a matéria
- A falta de interesse durante a aula por determinado conteúdo
- A falta de confiança e baixa autoestima quando questionado sobre o assunto abordado em sala de aula
- O esquecimento de materiais correspondentes a matéria
- A necessidade de chamar atenção em sala de aula todas as vezes que o conteúdo é abordado

Há ainda casos de crianças com inteligência acima da média e que se sentem entediados porque acham a aula fácil. Por essa razão, é tão importante a avaliação do professor sobre a necessidade de aulas de reforço escolar.

Em que a falta do reforço escolar pode refletir na vida da criança?

Se uma criança tem dificuldade em um determinado conteúdo em sala de aula, e seus pais não se empenham para que ele consiga compreender e aprender essa matéria através de aulas de reforço escolar, isso pode refletir diretamente no futuro dela.

Grande parte do conteúdo ensinado no ensino básico, são aprimorados ou complementados nos ensinos médios e superiores, quando um aluno chega com dificuldade, por exemplo, em matemática, nessas séries mais avançadas, ele terá mais dificuldade para aprender, o que irá diminuir sua dedicação para os estudos.

Essa falta de dedicação reflete diretamente no processo de formação. Essa criança poderá se tornar um cidadão relapso, sem interesse em crescer pessoal e profissionalmente, simplesmente porque não entendia a matéria passada.

Então, porque não investir uma ou duas horas por semana em um professor de reforço escolar, para que essa criança possa ter uma formação mais completa, e assim, garantir um futuro no qual ele terá mais autoconfiança?

A importância do reforço escolar para o MEC

Como já falamos, o reforço escolar é considerado algo tão importante no processo de aprendizagem do aluno, que o Ministério da Educação – MEC, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Rede Latino-Americana de Portais Educacionais – RELPE, Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, criou o Banco Internacional de Objetos Educacionais – BIOE.

Esse banco tem como objetivo principal compartilhar recursos educacionais digitais gratuitamente em diversos formatos, tais como áudio, simulação, vídeo, software educacional, animação, mapa, imagem, entre outros materiais.

O Trabalho com Reforço Necessidade do Novo Regime de Progressão Continuada

INTRODUÇÃO

Segundo a LDBEN nº 9394/96, de 20.12.1996 seção III, artigo 32º, o ensino fundamental com duração mínima de oito anos¹, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivos a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Preocupados com os altos índices de analfabetismo das crianças, mesmo entre as matriculadas no ensino regular, o foco do governo centraliza-se na qualidade da educação oferecida em nosso país, aderindo a uma política de responsabilização, através de avaliações de desempenho, mede-se a proficiência de alunos que estão tendo aproveitamento nos estudos.

De acordo com o artigo 2º da LDBEN Os estabelecimentos que utilizam, progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental, o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observando as normas do respectivo sistema de ensino. Em seu artigo 12 propõe que os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.

Com isso entende-se que apesar do regime de progressão continuada, isto não redime o estabelecimento escolar de oferecer reforço aos alunos que não apresentam um rendimento satisfatório ao da série em que cursa já que nenhuma lei deixa claro

que se o aluno não possui condições de aprender em uma série seguinte, deverá se aprovado, só porque o estabelecimento de ensino aderiu ao regime de progressão continuada.

Frente a esta realidade que enfrentamos atualmente, seria necessário que os estabelecimentos de ensino incluíssem entre seus profissionais um específico para atuar na assistência ao professor regente e aos alunos com dificuldades de aprendizagem, que apesar de frequentarem uma classe regular, o ensino que lhe é oferecido não atende suas reais necessidades de um aprendizado de qualidade.

O presente artigo pretende destacar os procedimentos que são priorizados para que haja legitimação das normas estabelecidas na lei. Esta reflexão aqui exposta assume como pressuposto a lei da LDBEN, 9394/96 de 20.12.1996, pois esta norteia todos os parâmetros que regem nossas instituições escolares. Sendo assim, torna-se necessário que se faça cumprir as regras e normas estabelecidas.

Qualidade de Ensino

Em nosso país o regime vigente é a democracia, que reconhece o direito do indivíduo de participar da gestão de assuntos públicos, bem como a nova gestão democrática e a participativa de nossas instituições escolares, onde é apontado o direito de discutir, refletir e encontrar soluções para os problemas vigentes dentro deste espaço. Sendo assim, um dos problemas que a escola enfrenta atualmente é garantir um ensino que propicie um aprendizado efetivo a todos discentes e que isto seja cumprido, apesar do estabelecimento, adotar ou não, o regime de progressão continuada.

A LDB, em seu Art.24, inciso V, apregoa que a verificação do rendimento escolar observará o seguinte critério obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Entende-se então que independentes dos progenitores terem condições econômicas é dever das instituições de ensino oferecer esta prestação de serviço à comunidade e que este item deve constar do projeto político pedagógico das escolas.

Censo 1872			
Alfabetizados.....	17,7%		
Analfabetos.....	82,3%		
Censo 1920			
Alfabetizados.....	28,8%		
Analfabetos.....	71,2%		
Censo 1940			
Alfabetizados.....	38,9%		
Analfabetos.....	61,1%		
Censo 1950			
Alfabetizados.....	42,9%		
Analfabetos.....	57,1%		

analfabetos	46,7	1960	53,3	alfabetizados
	38,7	1970	61,3	
	31,9	1980	68,1	
	24,2	1990	75,8	
	16,7	2000	83,3	

Apesar dos gráficos apresentados por pesquisas acerca da alfabetização e suas prerrogativas, desenvolvidas nos últimos anos, indicarem um aumento significativo dos índices de alfabetizados, ainda existe um longo caminho para atender a expectativa de um ensino de qualidade, pois esta qualidade não é medida apenas pela diminuição no índice de analfabetos, mas também pela garantia que esse alunado possa ler escrever e ser letrado, para que atenda as demandas dessa sociedade globalizada que estamos inseridos no contexto atual.

De acordo com os PCN'S língua é um sistema histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os significados culturais e com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade a si mesma.

GESTÃO ESCOLAR

Neste contexto, a gestão é de extrema importância, pois é necessário que o tema aqui proposto, “reforço escolar”, seja uma das propostas do projeto político pedagógico da escola, sabendo-se que antigamente, o ensino tecnicista, exigia um diretor “ditador”, que ditava todas as regras da escola; e hoje com a prática democrática da gestão participativa todos devem ser ouvidos, participando como sujeitos das ações escolares priorizando um bem comum, pois *só participa efetivamente quem efetivamente exerce a democracia..* (ANTUNES, 2002, p. 98)

Na escola atual, é necessário que se tenha muito clara a filosofia de cada instituição, onde sejam respeitados os direitos de aprendizagem deste alunado. Bruner defende que todas as crianças nascem com o “desejo de aprender”. Entretanto, esse desejo só é mantido se houver motivação. Ele acredita no poder do reforçamento nas fases iniciais de aprendizagens, mas acha que isso deve ser transitório, ou seja, com o passar do tempo o aprendiz deve se tornar autossuficiente, não precisando do

reforçamento.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Segundo a LDBEN 9394/96 em seu art. 12 Os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. E ainda no Art. 13 aponta que os estabelecimento de ensino devem: Zelar pela aprendizagem dos alunos. Entende-se então, que este importante documento, o projeto político pedagógico, prevê a responsabilidade da escola, (e entendendo-se como “escola” uma organização participativa) e nesta perspectiva a de todos os atores sociais envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Estes atores podem e devem zelar por seus direitos, devendo exigir que se cumpra a legislação e que conste no presente documento a ressalva do reforço educacional e de um profissional específico para realizá-lo, pois o que temos constatado até o presente momento é que os profissionais escolares são desviados de suas reais funções para cumprir esta necessidade. Isso se torna necessário para um efetivo aprendizado mais justo e igualitário para todos. Pois nada justifica aprovar um aluno, que não tenha condições de progredir em uma série seguinte. A tarefa é de todos os membros da comunidade escola, como aponta Libâneo *Desde o início da história da humanidade, os indivíduos e grupos travaram relações recíprocas diante da necessidade de trabalharem conjuntamente para garantir sua sobrevivência.* (Libâneo, 1944, p. 19).

REFORÇO ESCOLAR

Averiguou-se que o item “reforço escolar”, consta na proposta política pedagógica das três escolas analisadas.

Ficando constatado que na escola de zona rural, até o ano de 2011, existia na escola dois profissionais que ministravam o reforço, que eram a eventual e a bibliotecária, entretanto no ano de 2012, por forças e mudanças políticas, o profissional que ministra o reforço nesta escola é a supervisora pedagógica.

Para Passerino (1996:40) *o trabalho do supervisor educacional deve ser orientado pela concepção libertadora de educação, exige um compromisso muito amplo, não somente com a comunidade na qual se está trabalhando, mas consigo mesmo.*

Constatando-se assim, mais uma das muitas funções atribuídas a este profissional indispensável na escola que é o supervisor.

Na escola municipal de zona urbana visitada, existe uma eventual que divide suas funções entre substituir os professores regentes em sala e o reforço, o que não é suficiente para sanar este problema, pois não se consegue atender toda a demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem. Pois há dias que eles são atendidos e dias que não, pois a falta dos professores é imprevisível. Acaba, então, deixando o aluno sem uma sequência e qualidade nesse reforço.

Já na escola estadual de zona urbana constatou-se que existe além da eventual também a bibliotecária para prestar o serviço do reforço, e que, geralmente as duas profissionais conseguem juntas atender a demanda. Pois, quando a eventual se encontra em sala de aula, substituindo os professores, existe a bibliotecária para substituí-la.

Sendo assim, pelo que foi constatado a exemplo da Escola Estadual Urbana é que todas as escolas necessitariam de uma professora eventual e também da bibliotecária, já que não existe profissional específico para o reforço nestas instituições, e que isso deve ser priorizado e garantido pelos nossos governantes.

“Por isso, é que, na formação permanente dos professores o momento fundamental é da reflexão crítica sobre a prática. E pensando a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, Pedagogia da Autonomia. P. 30)

Este estudo nos permite uma reflexão sobre a importância da inclusão do reforço no plano político pedagógico da escola. Da necessidade de um profissional para executar tal função, e como foi visto se isso não se concretiza em alguma escola, possibilitar uma conscientização da necessidade de sua consolidação. Pois, só assim, a verdadeira democracia, da qual se faz jus nosso sistema, sairá do papel para cumprir seu verdadeiro legado. Junto a uma “educação para todos” de qualidade e universal.

O Reforço Escolar e a Melhoria da Aprendizagem dos Educandos

O que fazer para vencer as dificuldades encontradas na escola?

Na maioria das escolas públicas brasileiras, é comum encontrarmos grande parte dos educandos com enormes dificuldades de aprendizagem, esses alunos se sentem inferiores por não acompanhar o ritmo da turma. É com esse propósito que o reforço escolar vem romper as barreiras da desigualdade de raciocínio, auxiliando o professor a fazer com que os educandos adquiram as competências almejadas.

A falta de assimilação do que o professor fala e explica por parte dos alunos, tem gerado um debate de alta relevância, já que a aprendizagem é o ponto chave para o desempenho de tudo. Procurando buscar subsídios para fazer acontecer a aprendizagem, percebeu-se que precisava-se de algo diferente capaz de estimular o gosto pela escola.

O reforço escolar tem por objetivo a aprendizagem dos educandos em nível de desigualdade com o ritmo da turma, consolidando e ampliando os conhecimentos, enriquecendo as experiências culturais e sociais, para assim ajudá-lo a vencer os obstáculos presentes em sua aprendizagem.

Para que o reforço escolar tenha êxito, é necessário bastante cuidado como planejamento, definição de metas, escolha de alternativas envolvendo os educandos, e principalmente a união de pais escola e comunidade para assim ser uma ação articulada em conjunto. O reforço tem que fazer parte do plano pedagógico da escola e desenvolvido na própria escola pelos professores em um horário diferente do turno das aulas normais, deve ter características diferentes das aulas, más, ao mesmo tempo uma integração entre elas, para que o educando seja estimulado a aprender de forma nova.

Durante as atividades de reforço escolar, é possível desenvolver um conjunto de atividades bastante amplo, atividades que interessem os alunos pelo novo, más que faça parte do seu dia-a-dia, dando assim um sentido ao que aprender, assim fazendo com que as atividades aconteçam de forma contínua, ou seja, mesmo que o aluno esteja em casa, na rua, na igreja, etc. ele aprenderá e fará

relação do que ver com a sala de aula, pois quando um conhecimento tem sentido na sua vida, se faz relação do conteúdo com o cotidiano.

Os alunos que participam do reforço escola, sempre apresentam avanços em sua aprendizagem, pois tiveram voltados pra si a atenção necessária para desenvolver-se. Muitas das vezes os regentes de ensino não se preocupam com os alunos com nível de aprendizagem baixa, e vão seguindo ministrando suas aulas como que eles fossem invisível, o que piora a situação na maioria, pois as dificuldades são acumuladas e os alunos passam a se ver como incapazes.

É nesta proposta que se dá a importância da observação dos educandos, o professor precisa conhecer bem seus alunos, para assim identificar as principais dificuldades enfrentadas por eles e descobrir a melhor maneira de barrá-las. São muitas as maneiras de deixar uma aprendizagem mais criativa, jogos, músicas, livros, passeios, histórias, etc. São apenas poucas das inúmeras formas de ludificar o aprender, e cabe ao educador encontrar a melhor maneira pois só ele é capaz de conhecer seu aluno.

Ao final fica demonstrado o quanto o reforço escolar tem importância na vida de todos na escola, ele é algo que deve ser incentivando para que todos venham a ter oportunidades iguais de aprendizagem, podendo se tornar cidadãos ativos, críticos e participativos no âmbito de nossa sociedade. Fica também exposto que o reforço é algo que vem para somar o que é dado em sala de aula e não pode ser uma aula avulsa, sem planejamento e sem nenhuma ligação com o cotidiano do aluno.

Alternativas para Vencer os Altos Índices do Insucesso Escolar

Para mudar a realidade do cotidiano escolar quanto ao insucesso escolar, cabe ao professor e a escola adotarem uma postura crítico-reflexiva ao lidar com os alunos e, em especial, os educandos com uma trajetória marcada pelo insucesso escolar. Quanto a esse aspecto, cabe mencionar que não é o aluno que deve se adaptar ao ensino e sim o processo de ensinagem às necessidades e interesses do aluno.

Ao se destacar a importância da articulação do processo de ensinar e de aprender, apesar de serem de naturezas distintas são interdependentes, pretendemos afirmar que devemos acreditar no potencial dos alunos e tentar resgatar sua autoestima para continuar aprendendo. Nesse sentido, o psicopedagogo é o profissional capacitado para analisar as potencialidades de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Adotando essas medidas, a mudança do estado de fracasso para sucesso escolar poderá ser uma realidade alcançável através da conscientização de todos os envolvidos através de uma parceria - que deve ser estabelecida pela escola, família e o psicopedagogo - indispensável ao enfrentamento do insucesso escolar.

Ao tentar trilhar os caminhos que conduzem ao sucesso, devemos nos sensibilizar, rever e refletir constantemente sobre os conceitos que cultivamos para que possamos transformar essa triste realidade de inúmeras crianças que, por alguns percalços em sua vida escolar, acabam tendo que presenciar seus sonhos destruídos.

Cabe mencionar que refletir sobre as consequências advindas do fracasso escolar é apenas um caminho alternativo para que possamos enxergar e mudar as nossas concepções, ou seja, a conscientização é um algo que exige a construção para novas condições para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem. Pensando assim, percebe-se que é necessário que tenhamos um novo olhar ao refletir sobre o papel do professor, as metodologias e as relações estabelecidas pela escola.

É importante lembrar que o sucesso escolar só uma realidade atingível quando acreditamos que o aprendente pode vencer suas dificuldades e que os obstáculos que encontram em seu aprendizado é, enfim, apenas mais um desafio a ser superado no encontro de novos saberes, vivências e conquistas.

De encontro às colocações acima mencionadas, é importante destacar que atualmente já existe estudo sobre insucesso escolar. Gostaríamos de pontuar, com base no estudo realizado, algumas considerações para que as escolas possam direcionar suas ações para minimizar a presença do fracasso escolar, tais como:

- *Ter maior contato com os alunos para entender seus problemas, melhorando as relações estabelecidas pela escola;

- *Conscientização e acompanhamentos efetivo por parte dos pais dos alunos sobre a importância da cooperação junto à escola. A escola pode estabelecer compromisso com a família através de práticas significativas no cotidiano escolar.

- *Reduzir o número de alunos nas classes de alfabetização e a 1ª série do Ensino Fundamental;

- *Capacitação de professores e gestores da escola a fim de melhorar a qualificação do ensino;

- *Reforço paralelo antecipado para não comprometer todo o ano letivo;

- *A definição de prioridade para a utilização dos recursos através de planejamento pedagógico capaz de melhorar a aprendizagem do aluno;

- *Detectar possíveis problemas no método de ensino e fazer a recuperação ainda dentro do período letivo;

- *Implantar um plano estratégico para a permanência dos alunos na escola;

*Aplicação de um questionário sócio-econômico para toda a comunidade escolar para que a escola possa de fato conhecer seus próprios alunos e sua família descobrindo, portanto, as suas limitações e necessidade existentes;

*Desenvolver vários projetos com objetivos de acompanhar os alunos com desempenho insatisfatório, a fim de garantir a promoção dos mesmos no final do período letivo;

*Implantação de uma equipe multidisciplinar com – psicólogos, psicopedagogos, orientadores, etc. – com o propósito de conduzir o trabalho coletivo da escola;

*Reduzir o nível de analfabetismo dos pais no sentido de fazer um acompanhamento mais significativo;

*Implantação de um plano de carreiras de salários para suprir as necessidades dos professores no que diz respeito para que os mesmos possam investir na sua própria carreira profissional;

*Reduzir a jornada de trabalho dos professores que trabalham em 2 ou 3 turnos na sala de aula;

*Maior tempo disponível no horário pedagógico para que os professores possa elaborar em conjunto suas tarefas pedagógicas.

Vale ressaltar que para que as recomendações acima citadas possam se concretizar na prática é necessário que haja uma mudança de postura do professor da escola, da família e do próprio professor através da conscientização de suas atitudes e ações. É importante destacar, ainda, que não basta a conscientização que a escola esteja fracassando no desempenho de suas atividades e devemos acreditar que, acima de tudo, a equipe escolar e

o sistema educacional são capazes de analisar, reparar, refletir e implantar um plano estratégico para redução dos índices do insucesso escolar como uma prioridade emergencial.

Educação em Tempo Integral

O termo Educação em Tempo Integral ou Escola de Tempo Integral diz respeito àquelas escolas e secretarias de educação que ampliaram a jornada escolar de seus estudantes, trazendo ou não novas disciplinas para o currículo escolar. A maioria das unidades de ensino que adota esse modelo geralmente implementam a extensão do tempo em turno e contraturno escolar – durante metade de um dia letivo, os estudantes estudam as disciplinas do currículo básico, como português e matemática, e o outro período é utilizado para aulas ligadas às artes ou esporte.

Na perspectiva da educação integral, o conceito de tempo integral suscita várias discussões, uma vez que há algumas correntes dos movimentos sociais ligados à educação que defendem que apenas a ampliação do tempo de estudo não garante o resultado ambicionado pela educação integral no ensino e aprendizagem dos estudantes – resultado este que deseja garantir o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Resoluções

O artigo 36 do parecer número sete da Resolução do Conselho Nacional de Educação (2010) aponta que é considerado período integral toda jornada escolar organizada em sete horas diárias, resultando em carga horária anual de 1.400 horas.

O artigo 37 aponta ainda, que além da ampliação do tempo, o alargamento de horas nesses sistemas de ensino têm como objetivo criar novos espaços e oportunidades, fomentando maior envolvimento de outros profissionais da escola, dos familiares e demais setores sociais.

Na resolução, é previsto um currículo integrado para a escola em tempo integral, no qual o estudante tenha acesso à experimentação científica, cultura, artes, esporte, lazer, tecnologias de comunicação, direitos humanos, preservação do meio ambiente, saúde, entre outros componentes, que devem estar articulados às mais diversas áreas do conhecimento, vivências e práticas socioculturais.

Psicanálise e Educação: Análise das Práticas Pedagógicas

A relação entre psicanálise e educação vem de longa data, desde que Freud demonstrou seu interesse pela pedagogia na intenção de possibilitar uma melhor compreensão por parte dos educadores sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente (FREUD, 1913). Os professores exercem grande influência sobre a criança por estarem investidos da relação afetiva primitivamente dirigida ao pai. Os sentimentos de admiração e de respeito são transferidos do pai para o professor, assim como a "ambivalência afetiva" que reside na antítese amor-ódio.

A transferência, primeiramente tratada na relação médico-paciente, foi vista por Freud como se dando também nas mais diversas relações estabelecidas pelo indivíduo na sua vida. Freud (1912a) fala de "clichês" ou "séries" psíquicas formadas pelo indivíduo a partir de vivências infantis e que determinam a modalidade especial de sua vida erótica. Dessa maneira, podemos dizer que o professor é objeto de transferência e está ligado a "protótipos", principalmente à imagem do pai, mas que podem também estabelecer-se conforme a imagem da mãe, do irmão, etc., ou seja, as pessoas estimadas ou respeitadas.

Freud, no artigo intitulado *Prefácio à "juventude desorientada"*, de Aichhorn, de 1925, reconhece que as aplicações da psicanálise na teoria e prática da educação infantil despertaram grande interesse, trazendo importantes colaboradores para sua teoria. Em substituição ao estudo da neurose, com o qual a psicanálise iniciou seus estudos, a criança tornou-se o principal objeto de investigação para vários psicanalistas. Ainda que a contribuição pessoal de Freud tenha sido escassa no campo da pedagogia, ele considera o grande valor social do trabalho de seus colegas pedagogos (FREUD, 1925).

Mesmo sem nos ter deixado escrito algum sobre a educação, podemos dizer que, em toda a obra de Freud, há uma preocupação constante com as questões desse campo, no sentido de que a psicanálise, nascendo de uma prática clínica, constrói um corpo teórico fundamentando uma nova concepção de mundo e de homem, como ser histórico, social e cultural, e tenta compreender como se dá a inserção desse homem na cultura. Em diferentes artigos *Totem e tabu* (1912b), *O futuro de uma ilusão* (1927) e *O mal-estar na civilização* (1929), Freud expõe sua visão evolutiva tanto do indivíduo como da cultura, considerando o desenvolvimento do homem numa interação com o meio social.

O problema da educação sempre esteve presente no pensamento de Freud, sendo o texto de 1927, *O futuro de uma ilusão*, considerado como testamento pedagógico. A pressão que a sociedade exerce sobre o indivíduo desde sua infância, a partir da educação, faz com que a criança se conforme a uma realidade, que, é, de regra, a de dissimular sua investigação e seu conhecimento de tudo o que possa se relacionar à sexualidade. A finalidade da educação é a instauração do princípio de realidade, ou seja, é permitir ao indivíduo, submetido ao princípio do prazer, a passagem de pura satisfação das pulsões para um universo simbólico, que faz referência a uma lei, a lei da castração. A entrada no universo simbólico se dá pela linguagem. É pela mediação da palavra, à qual, desde sempre a criança encontra-se submetida, que é possível a simbolização das relações afetivas (ARMANDO, 1974).

É essa condição de ser submetido à linguagem que diferencia o homem dos outros animais, caracterizando-o em sua especificidade ao mesmo tempo em que permite a constituição de sua subjetividade. A psicanálise, ao colocar a linguagem como marca do humano, possibilita uma aproximação com as questões da educação, principalmente no que diz respeito à importância que o professor deve atribuir àquilo que a criança diz, bem como ao que é dito a ela.

Outra importante contribuição da psicanálise para a educação é encontrada em autores que foram influenciados também pela releitura lacaniana da obra de Freud. Mannoni (1973) observa que, na relação professor-aluno, é criada uma barreira entre o um professor "que sabe tudo" e um aluno "que não sabe nada",

que garante e contém um conjunto de proteções e resistências. A pedagogia funciona como um *drama* que repete muitas vezes situações da família. Na escola, o desejo de saber do aluno se confronta com o desejo do professor, que está ligado a um ideal pedagógico colocado por ele mesmo, desde o início, e que se interdita ao mesmo tempo em que se mostra ao aluno. O professor espera do aluno um saber que lhe falta, e o aluno, por sua vez, se defende com medo de se ver frustrado no produto do seu trabalho. O aluno se encontra numa relação de poder, sujeito a um desejo inconsciente do professor, que pode chegar a ser bloqueador.

Para Mauco (1979), o educador age sobre a criança muito mais no nível do inconsciente do que do consciente. Ele não age apenas pelo que diz ou pelo que faz, mas sim pelo que é. As relações afetivas acontecem de formas variadas. Cada um procura satisfazer seus desejos inconscientes. Porém, a criança, por ser mais fraca psiquicamente, com um *eu* que deve se construir à imagem dos adultos em sua volta, é particularmente atingida pelos desejos inconscientes de seus educadores.

Sendo assim, podemos afirmar que não basta à criança possuir uma inteligência e uma saúde física satisfatórias para se desenvolver e se afirmar na aprendizagem escolar. É necessário também que tenha uma educação afetiva que lhe permita desenvolver uma sensibilidade relacional com os outros, podendo se servir de suas capacidades físicas e intelectuais. A escola é um meio de grande importância para o desenvolvimento das relações afetivas da criança com os adultos, assim como também com as outras crianças da mesma idade. É também na escola que a criança deve aprender a se relacionar com o outro em diálogo permanente, se constituindo em trocas com todos aqueles a sua volta (PEDROZA, 1993).

A criança, ao chegar à escola, traz consigo uma experiência relacional vivida com a família, com um inconsciente com todas as suas frustrações e recalcamientos de seu drama interior, com seus desejos, sua história, se exprimindo pela sua simbolização. A pedagogia, portanto, poderia procurar se articular com essa expressão simbólica do aluno a partir das múltiplas situações oferecidas pelo grupo escolar e suas diferentes formas de atividade,

oferecendo à criança oportunidade de verbalizar suas tensões. É dessa maneira que a psicanálise pode ajudar o educador, permitindo a possibilidade de uma compreensão em profundidade do sujeito, no que ele tem de mais pessoal e de mais íntimo. Para tal, é necessário que a escola não mantenha os alunos numa relação de submissão passiva à autoridade do professor. Este deve lembrar que as dificuldades encontradas pelo aluno, na escola, podem ser de origem afetiva. A relação professor-aluno depende, em grande medida, da maturidade afetiva do professor. Se esta lhe permite resolver suas próprias dificuldades, ele poderá ajudar a criança a viver e a resolver as suas.

Mauco (1979) ainda acrescenta que, ao reagir afetivamente - "*eles me põem doida*" - o adulto perde sua superioridade e a autoridade de sua função educativa, que exige, ao mesmo tempo, "muito apego para compreender a criança, e muito desapego para não reagir subjetivamente" (p. 167). É numa relação de diálogo e de escuta que a educação será uma relação de respeito à pessoa da criança. Respeito e compreensão ao seu comportamento e às etapas de seu desenvolvimento psíquico e afetivo.

Para Bigeault e Terrier (1978), a contribuição da psicanálise para a educação é um fato, como também o é para outros campos, como a arte e a publicidade, por exemplo. Segundo esses autores, a psicanálise deu uma nova visão para os seguidores de Rousseau, os do movimento da Escola Nova, passando pela psicologia social. No entanto, ao mesmo tempo em que essas duas posições parecem se aproximar, há entre elas um grande abismo. O que falta nessas pedagogias modernas é considerar questões de grande importância para a psicanálise, tais como a frustração, a agressividade, o conflito e o Édipo, como constituintes da estruturação da personalidade. Por outro lado, elas se aproximam, principalmente, ao acentuar a importância da energia no interior do sujeito e sua relação com o mundo exterior.

A premissa fundamental da psicanálise é a diferenciação do psíquico em consciente e inconsciente. E sua grande utilidade é, sem dúvida alguma, a tentativa de trazer o inconsciente até o consciente levando as repressões e preenchendo as lacunas mnêmicas. Pois, como Freud (1915) nos disse, seu objetivo era de traduzir em teoria os resultados da observação, sem nenhuma

obrigação de sua parte de alcançar, numa primeira tentativa, uma teoria completa que se recomende por sua simplicidade. Para a psicanálise toda e qualquer ligação do sujeito com o mundo significa investimento afetivo. Dessa maneira, são de grande importância para a educação os resultados das investigações psicanalíticas, que reivindicam para os processos afetivos a primazia na vida psíquica.

A revista de pedagogia psicanalítica, *Zeitschrift für Psychoanalytische Pädagogik*, que circulou entre 1926 e 1937, reuniu vários textos de célebres psicanalistas como A. Freud, S. Ferenczi, A. Balint e de outros terapeutas infantis e de adultos, de educadores e de professores. Estes se mostraram entusiasmados em relação às descobertas da psicanálise e buscaram se apoiar nos seus ensinamentos modificando seus olhares sobre eles mesmos e sobre suas práticas a partir de uma formação clínica ou de uma análise pessoal.

Nessa época, surge a formação do tipo clínico criada por M. Balint com os "grupos de análise da personalidade profissional" que eram destinados inicialmente aos trabalhadores sociais e aos médicos e que passaram depois a outras profissões, como a dos professores. Dessa forma, a psicanálise deixa de ser apenas direcionada a um tratamento com o objetivo da cura individual e passa a atuar em outros contextos, ocupando-se da elaboração psíquica.

Este trabalho tem como objetivo apresentar possibilidades de atuações clínicas na formação do professor a partir da escuta clínica de orientação psicanalítica das práticas pedagógicas, visando oferecer condições aos professores no campo da educação para o enfrentamento de problemas e situações do seu dia a dia na escola. Pois, pensar a formação do professor é também pensar a formação da pessoa do professor. Significa compreender os processos a partir dos quais esses profissionais passam a se constituir como sujeitos sociais da construção de uma proposta de educação. Ser professor não é apenas ser um mediador entre o aluno e o conhecimento já construído socialmente. Ser professor é ser agente do processo de construção do conhecimento que leva à formação de sua personalidade e a dos alunos envolvidos nessa relação. Tal formação exige um compromisso constante de pensar as práticas educativas

para que sejam formativas dos sujeitos. O grande desafio na formação do professor é, pois, entendê-lo para poder prepará-lo para assumir sua condição de sujeito de saber que deve atuar em sala de aula.

O interesse pela temática da formação do professor no que concerne sua formação pessoal, neste trabalho, é o de desenvolver recursos de personalidade que permitam o enfrentamento das dificuldades encontradas na escola, sobretudo no que diz respeito ao conhecimento de si mesmo, de sua história pessoal, de suas lembranças de quando era criança e de seus afetos. Muitos são os trabalhos nesta área a salientar que o ato de ensinar não é apenas um simples gesto técnico com o qual o professor poderia ter um controle perfeito de tudo aquilo acontece em sala de aula (CIFALI, 2007).

O lugar da sala de aula constitui um encontro de vários sujeitos com múltiplas ocasiões de transferência. A relação entre o sujeito do inconsciente e o sujeito social deve ser tratada a partir de diferentes abordagens complementares (Psicologia, Psicanálise, Antropologia) que permitam a elaboração de uma real articulação entre um pensamento crítico e a ação profissional. É preciso, portanto, construir espaços de escuta que possibilitem o desvelamento do inconsciente dos sujeitos envolvidos na relação professor-aluno. A escuta clínica pode permitir a tomada de consciência e o deslocamento psíquico na subjetividade profissional que tem efeitos de diminuição de angústia. Por isso, acreditamos ser necessário desenvolver subsídios para uma formação do professor que lhe permita criar uma prática pedagógica que atenda suas necessidades e as dos alunos como sujeitos em desenvolvimento.

Formação do professor

O tema da formação do professor tem ocupado lugar de destaque nas pesquisas desenvolvidas na área de educação. As discussões a respeito desse tema versam sobre a tentativa de buscar soluções para os problemas que assolam a escolaridade básica brasileira. Muitas vezes, procura-se encontrar um fator que seja a causa dessa situação, achando-se que, solucionando o

mesmo, o problema estará sanado. A visão tem sido de que há um mal e que, uma vez diagnosticado, há a possibilidade de uma solução (PEDROZA, 2003).

Não se trata de identificar, ou mesmo isolar uma causa. Os problemas encontrados na educação decorrem de vários fatores inter-relacionados numa complexidade que vai além dos detectados pela academia. Muitas vezes o professor tem sido apontado como o responsável pelas mazelas do fracasso escolar e muito tem sido proposto para alterar essa situação. No entanto, acreditamos que a qualidade da educação depende necessariamente da qualidade do professor.

A formação docente, além de estar ligada aos aspectos científicos e epistemológicos, também é um problema político, à medida que os professores são formados para atuar em uma escola que por sua vez exerce determinadas funções na sociedade. Também se torna um problema filosófico, uma vez que toda educação e toda formação de educadores remetem a um determinado conceito de ser humano e das suas relações com o mundo (ESTRELA, 2002).

As pesquisas na área de formação de professores têm se voltado para a promoção de mudança na prática pedagógica a partir da indagação sobre a natureza do trabalho docente (BOLÍVAR, 2002; ALMEIDA, 2006; AGUIAR e ALMEIDA, 2008). Enfatizam-se idéias e práticas de uma formação reflexiva do professor visando uma compreensão do significado de sua atividade pedagógica. Há uma preocupação em construir novas relações de trabalho na escola, em aprofundar o estudo teórico-metodológico e criar uma unidade entre teoria e prática, valorizando-se mais as experiências do professor e do trabalho coletivo.

Os trabalhos também indicam o interesse da formação de um profissional comprometido e responsável no que diz respeito ao acadêmico e ao pessoal. Um profissional capaz de dar conta de sua realidade com a finalidade de transformá-la, a partir de processos avaliativos de sua ação. Tal formação implica uma mudança de atitude diante da realidade e uma maneira diferente de perceber e atuar no mundo. É preciso levar em consideração as relações sociais que pressionam e perpassam o cotidiano escolar e se concretizam na

prática pedagógica, influenciando na forma como os professores atuam na escola. A prática pedagógica é permeada por jogos de poder que muitas vezes fazem da sala de aula um espaço de cumprimento de ordens, de disciplina, e deixa de ser o espaço de produção de conhecimentos e de formação de sujeitos (NÓVOA, 1999; IMBERT, 2003; PRIOSTE, 2006).

Uma coletânea de artigos assinados por influentes pensadores na questão da formação que destacam o professor como profissional reflexivo foi reunida por Nóvoa (1992) em seu livro *Os professores e a sua formação*. Segundo esse autor, a formação de professores tem ignorado o desenvolvimento pessoal, confundindo "formar" e "formar-se". A lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dinâmicas próprias da formação que deixa de ter como eixo de referência o *desenvolvimento profissional dos professores*, tanto da perspectiva individual como da coletiva.

A formação do professor foi sempre influenciada pela abordagem da ciência positivista que tem se mostrado simplista e limitada para a prática social e para a ação do profissional que é chamado a enfrentar problemas de grande complexidade e incertezas no cenário escolar. A dimensão técnica da ação pedagógica reduziu a profissão docente a um conjunto de competências e de capacidades (PEDROZA, 2003).

Os professores têm enfrentado grandes dificuldades no sistema educacional principalmente quando se deparam com o surgimento de novos programas e currículos. As novas exigências requerem tempo para uma adaptação e acentuam as pressões institucionais, políticas e pedagógicas (CURI, 2007).

A partir dos anos 80, de acordo com Nóvoa (1995), a literatura pedagógica foi invadida por estudos sobre *a vida dos professores, as carreiras e os percursos profissionais, as biografias e autobiografias docentes e o desenvolvimento pessoal dos professores*. Esses estudos recolocam os professores no centro dos debates educativos e das problemáticas da pesquisa. Eles ajudam na compreensão da situação em que se encontram os docentes e, desse modo, podem propor ações de formação condizentes com suas necessidades. A utilização das abordagens biográficas dá voz aos próprios professores através

de suas "histórias de vida". É importante que se escute a pessoa a quem se destina a formação.

A importância da prática reflexiva e de outros estudos na escola está ligada à necessidade da criação de um espaço onde o professor possa ser ouvido. Um espaço onde encontre um apoio para realizar essa reflexão. Não somos conscientes de todos os nossos atos e precisamos de um outro que nos faça ver nossas ações. A reflexão que propomos não é a mesma que cada pessoa realiza de modo espontâneo sobre sua prática. A proposta é de uma análise metódica para tomada de consciência de conteúdos do inconsciente que se interpõem na prática pedagógica.

A partir de grupos de discussão é possível realizar uma análise dos nossos atos e, coletivamente, pensar estratégias de soluções para os problemas que envolvem a prática pedagógica. Nesse sentido, faz-se necessário uma escuta clínica para assegurar aos professores uma ajuda, pois que não é fácil admitir nossas falhas, nossas angústias e medo de perder o respeito dos outros ao nos depararmos com a realidade de um desempenho "ruim". É preciso conduzir um procedimento clínico que seja capaz de desenvolver uma análise de práticas evitando receios de magoar colegas ou formas grosseiras. O professor deve estar seguro da sua prática e de si mesmo, como educador e adulto, para que, ao se sentir ameaçado não ameace, e possa ocupar o lugar de autoridade, de detentor do conhecimento e, nesta condição, ser reconhecido pelo aluno (PEDROZA, 1993; ALMEIDA, 2003; CIFALI, 2001).

A Psicanálise e a formação do professor

Desde a proposta de Freud de fazer da Psicologia uma ciência natural, a contribuição da Psicanálise se dá com o estudo do comportamento em função da história individual, em termos de acontecer humano. Com Freud, um fato psicológico adquiriu movimento, integrou-se em um processo porque se relacionou com os outros fatos psicológicos da mesma pessoa, no plano atual e histórico. O que temos em Freud é a valorização da natureza ativa dos

processos inconscientes, sua qualidade dinâmica, influenciando e modelando o pensamento e a ação conscientes (PEDROZA e ALMEIDA, 1994).

Encontra-se no texto de Freud, de 1913, *Múltiplo interesse da Psicanálise*, a apresentação da pedagogia como uma das ciências não psicológicas de interesse da Psicanálise. Essa contribuição está principalmente na descoberta dos desejos, dos produtos mentais e dos processos evolutivos da infância e fundamentalmente na importância dada à sexualidade em suas manifestações somáticas e anímicas. Com a Psicanálise, o sujeito retoma seu próprio discurso, torna-se autor de sua palavra e do seu desejo no confronto com a realidade. O sujeito é visto como um ser histórico, social e cultural, dotado de inconsciente e desejos que influenciam e modelam o pensamento e a ação conscientes. Sendo assim, em contraposição a outras propostas de formação de professor que se constituem praticamente em técnicas de intervenção da realidade, fornecendo um instrumental teórico e prático, visando principalmente à adaptação ao contexto da escola, surge a Psicanálise, através do seu conceito de inconsciente, como um saber transgressor ao ideal das ciências experimentais.

A tentativa de Anna Freud (1958) de aplicação da psicanálise à pedagogia é na contribuição de uma visão crítica das normas pedagógicas existentes, por ser a doutrina da pulsão. Ela amplia o conhecimento que o pedagogo tem do homem, aguçando seu entendimento sobre as relações complexas entre a criança e os adultos que a educam. A tarefa de uma professora baseada nos fatos revelados pela análise consistiria em achar um equilíbrio entre os extremos do consentimento das satisfações do indivíduo e a proibição da manifestação da pulsão. O que ela defendia era uma análise pedagógica.

A importância da escola para a criança faz com que todo seu cotidiano gire em função da mesma. Nesse sentido, é preciso destacar seu papel e o do professor para com a criança. A criança ao entrar na escola, transfere para a figura do professor o respeito e a veneração antes dirigidos ao pai, de maneira a tratá-lo como se fosse seu pai (FREUD, 1914). A transferência acontece de forma natural na relação educador-educando, assim como nas outras relações humanas.

É a partir da noção de transferência que podemos identificar o pensamento dinâmico em Freud (1912a), quando ele discute a possibilidade de evolução e mudança nos quadros clínicos. A transferência funciona como motor do tratamento permitindo, por meio da fala, a reorganização do modo de funcionamento psíquico. Num sentido mais amplo, o tratamento implica a concepção de uma direção de mudança de personalidade.

O educador baseado em idéias psicanalíticas tem que renunciar à atividade excessivamente programada, obsessivamente controlada. Ele pode, a partir da Psicanálise, obter uma ética, um modo de ver e de entender sua prática educativa. O que for ensinado será confrontado com a subjetividade de cada um, o que permitirá o pensamento renovador, a criação e a geração de novos conhecimentos (KUPFER, 1989; 2001; LEGNANI & ALMEIDA, 2002; PECHBERTY, 2003).

Tradicionalmente, a formação do professor passa por disciplinas curriculares que consideram a aprendizagem como um processo puramente consciente e como produto da inteligência, desenvolvendo apenas os componentes cognitivos do indivíduo, negligenciando ou negando os afetivos e desconsiderando os processos inconscientes. É preciso enfatizar a necessidade de uma formação que parta da própria experiência pedagógica, buscando-se uma análise dos conflitos em sala de aula. As relações entre professor e alunos envolvem aspectos do inconsciente que interferem no processo ensino-aprendizagem (CROISY, 2006; NETTER, 2006; BLANCHARD-LAVILLE & NADOT, 2000).

A contribuição da Psicanálise, cujas origens como teoria encontram-se na prática clínica, certamente não é a de uma aplicabilidade direta às situações educativas. No entanto, sua contribuição está na possibilidade de trazer ao consciente, a partir da análise das práticas educativas, conteúdos do inconsciente do professor de forma a elucidar o porquê de algumas ações em sala de aula. Portanto, a importância da Psicanálise na formação dos educadores não está no sentido de lhes proporcionar mais uma técnica pedagógica, desenvolvida a partir de uma teoria desvinculada da prática, mas,

sim, de remeter-lhes a um constante questionamento sobre sua prática pedagógica e sua relação com o educando.

Se concebermos a aprendizagem acontecendo numa relação com o outro, é necessário cultivar nessa relação o respeito mútuo, o reconhecimento das necessidades, buscando a expressão dos desejos e encontrando prazer no processo ensino-aprendizagem. Não nos cabe, simplesmente, dizer ao professor como deve fazer sua prática. É necessário propiciar-lhe as condições para que ele desenvolva uma sensibilidade que lhe permita assumir, diante das situações educativas, todas as suas contradições, buscando a construção do novo. O professor não deve se anular como sujeito desejante ou impedir que o aluno deseje. O reconhecimento mútuo é que permitirá, ao professor, ensinar verdadeiramente e, ao aluno, desejar aprender e construir o saber.

Grupos clínicos de análise de práticas pedagógicas

Os grupos clínicos de análise das práticas docentes abordam a questão do cuidado e do terapêutico estabelecendo o grupo e a prática profissional como objetos de um trabalho psicanalítico possível. Segundo descrição feita por Pechberty (2007), os grupos têm lugar no estabelecimento de ensino, ou fora, no contexto de formação continuada ou pessoal. A abordagem clínica de orientação psicanalítica leva em consideração prioritariamente os processos psíquicos, na sua maioria inconscientes, nas situações profissionais estudadas além dos conceitos de transferência e realidade psíquica (BLANCHARD-LAVILLE, 2005).

Os grupos de análise apresentados neste trabalho se caracterizam pela influência dos grupos criados por M. Balint, psicanalista médico que nos anos 1950, em Londres, aplicou no campo do trabalho social um dispositivo de formação de médicos generalistas (BALINT, 1996). O grupo clínico Balint é o exemplo mais característico de orientação psicanalítica sobre as práticas de educadores. Constitui-se em um dispositivo clínico que reúne profissionais de uma mesma categoria, com um coordenador, analisado ou analista que

conduzirá a reflexão no grupo. Nesse quadro clínico preciso, cada participante apresenta um relato sobre um momento de sua prática pedagógica conflitante ao qual o grupo vai reagir. Esse relato pode dizer respeito à relação com um aluno, com a classe ou com a instituição e deve seguir o propósito metodológico da associação livre.

As situações trazidas remetem-se ao íntimo de cada um. Os desvios psíquicos que emergem abrem para falas e sentidos inesperados e afetos passados e presentes. Cada um se reconhece de modo diferente a partir do que emergiu do inconsciente graças ao "espelho" do grupo. O relato profissional e a palavra pessoal tornam-se significantes de outra realidade psíquica que se repete e age na experiência da classe, das atitudes e decisões tomadas no cotidiano. Ao falar sobre sua prática pedagógica esta se torna concreta diferenciando-se daquela que a pessoa desejaria ter e que por diferentes razões desconhece porque não faz.

O papel do coordenador do grupo é de identificar no discurso dos participantes os significantes específicos utilizados, os lapsos, as associações pessoais de cada um, nos limites de sua própria escuta, com a esperança de abrir ao outro possibilidades de novos sentidos. Ele não ensina e nem dá opiniões porque não há uma verdade a ser alcançada. Os participantes do grupo são vistos como seres autônomos que farão suas próprias análises com a ajuda do coordenador e o conjunto do grupo. A atitude do coordenador é deliberadamente e sistematicamente empática e calorosa por levar em consideração a dimensão de culpabilidade e de perseguição dentro da instituição escolar. As palavras do discurso são entendidas no nível dos efeitos que elas produzem e não a partir do sentido propriamente do que veiculam.

Considerações finais

A análise das práticas educativas de base psicanalítica ajuda a reflexão e permite ao professor que ele faça suas escolhas de atuação em sala de aula. Apesar de partir de um posicionamento teórico, a análise feita no grupo não

impõe a aplicação de uma determinada teoria na prática do professor. Ela apenas possibilita a reflexão e a conscientização do porquê de uma determinada prática, que corresponderia a uma teoria ou a um fazer imposto por um imaginário. Da mesma forma, o coordenador também se apóia em saberes teóricos, saberes de referência que guiam o processo de análise, assim como o domínio de sua concepção de sujeito, da realidade psicológica e institucional.

No entanto, o que está realmente em jogo, e é a própria finalidade da análise das práticas, é o saber fazer e não o saber teórico de cada um do grupo. O grupo passa a ser um lugar de transformação da queixa uma vez que o professor pode falar sem medo de julgamentos e conta com a compreensão que a psicanálise oferece. O objetivo do grupo Balint não é solucionar de imediato os problemas dos professores, mas fazer com que possam discernir o que é concreto na relação educativa daquilo que lhe faz sofrer psiquicamente. No entanto, o autor ressalta que esses grupos não tratam da história singular de cada um, mas da sua posição profissional e as ressonâncias pessoais em jogo nos grupos.

O trabalho é terapêutico no sentido do acompanhamento clínico e na noção de terapia profissional visando à tomada de consciência e de deslocamento psíquico na subjetividade profissional que tem efeitos de diminuição da angústia. Segundo Pecheberty (2007), na relação professor-aluno, o conflito psíquico está presente em cada um e incide sobre o desvio entre o ideal e a realidade, e recobre experiências diferentes de dissociação ou de ligação entre o si-docente de hoje e o si-aluno inconsciente sempre ativo. Os grupos clínicos elaboram os traços do aluno imaginário que cada um foi e, eventualmente, fragmentos da história familiar que fazem laço com a situação profissional presente.

A Psicanálise por ser uma teoria que privilegia a escuta da palavra e da relação do sujeito com o saber tem em comum com a educação a preocupação da pessoa na sua singularidade, uma vez que provoca investimentos e emoções que permitem análises. A Psicanálise nos inspira antes de tudo um método de trabalho que exige que se faça um permanente retorno a si mesmo. Torna-se

mais fácil ao professor de compreender sua prática pedagógica quando ele pode ser escutado por alguém de fora da situação pedagógica. No grupo de análise é possível uma modificação mesmo que limitada, mas extremamente importante da personalidade do professor que permite entender a relação com seus alunos em sala de aula (BALINT, 1996).

REFORÇO PEDAGÓGICO

O reforço pedagógico ou reforço escolar consiste em práticas pedagógicas a partir das quais os alunos com dificuldades de rendimento escolar são agrupados em horários específicos para receber um atendimento “quase individual”, caracterizando-se, portanto, como atos dissociados das salas de aula. Em algumas escolas, as turmas formadas por esses alunos são denominadas “salas de recuperação paralela”.

Conceitualmente, reforço e recuperação não significam a mesma coisa. No dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), REFORÇO é o “(1) ato ou efeito de reforçar (-se); (3) aumento de força; (4) contribuição para a realização de uma tarefa; auxílio; (10) apresentação do estímulo que desencadeia a reação incondicionada, em lugar de estímulo condicionado”; RECUPERAÇÃO é “(1) ato ou efeito de recuperar (-se); recobrimento - reconquista da saúde, do bem-estar; (2) volta à vida normal, ao ambiente social ou de trabalho; (4) período de estudo (de um reprovado) em que se prepara para prestar uma segunda prova que o capacite a passar para o grau acadêmico seguinte.”

A etimologia desses termos confirma a distância entre os dois conceitos: REFORÇO vem do prov. força + -ar, embora muitas vezes ligado ao lat.medv. *fortiare 'agir pelo emprego de força'; ver 1 fort-.; RECUPERAÇÃO vem do latim recuperatio,ōnis 'recobro'. (Recobro significa (a) recuperação da posse de algo; reaquisição, retomada; (b) reconquista (da disposição, do ânimo, etc. (c) restituição à vida; reanimação, renascimento. Alguns estudos indicam que não há distinção entre a "classe de recurso" e a "classe de reforço". Ambas as classes são nomeadas pelos alunos como "reforço".

A maioria da produção na educação, bem como a legislação brasileira, aponta as necessidades dos alunos a serem atendidas e alguns princípios de

organização da escola com vistas à superação das dificuldades do aluno no processo de ensino e aprendizagem, mas não especifica como deve ser o processo de recuperação ou reforço. Na legislação brasileira, são encontrados os termos recuperação, tratamento especial, aceleração, entretanto, o termo reforço escolar só aparece nas produções acadêmicas que retratam o cotidiano escolar.

No Brasil, a adoção de avaliações que visavam verificar os conhecimentos adquiridos para prosseguimento dos estudos acabou gerando a repetência, que se tornaria um dos maiores problemas da educação de todos os tempos. O predomínio da escola seriada com turmas homogêneas, normatizada, com um currículo concêntrico e formas de avaliação que simulam medir a capacidade de cada indivíduo, separando os “mais inteligentes” daqueles que “não têm condições de progredir nos estudos”, tem reforçado a seleção e a exclusão, calcadas na repetência. (PEREIRA, 2005).

Segundo Cruz, “[...] antes da adoção de medidas legislativas referentes à recuperação, a escola deixava ao aluno e à sua família a responsabilidade de preparar-se para novos exames, os conhecidos exames de ‘2ª época’. Para os estudantes que possuíam recursos financeiros, a solução estava na contratação de professores de aulas particulares, para auxiliá-los e, outros menos favorecidos, tentavam sozinhos, ou com ajuda de amigos e parentes, aprender tudo o que não conseguiram durante o ano letivo” (CRUZ, 2008, p. 72).

Os programas de reforço e recuperação de aprendizagem surgem, entre outras ações do poder público, como uma das medidas de melhoria da qualidade do ensino e da minimização do fracasso escolar. Esses programas de reforço e recuperação, impulsionados e caracterizados, por um lado, pelas diretrizes legais, encontrariam forma na intencionalidade da ação escolar a que estão submetidos.

A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 – Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus –, em seus artigos 11 e 14, estabeleceu a obrigatoriedade de as escolas proporcionarem estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente. A partir de então, foram implantados tais estudos de recuperação a

fim de garantir melhor aproveitamento aos discentes que, durante o percurso escolar, apresentassem rendimento insuficiente. Esses estudos surgem como solução para o problema da repetência, pois sua obrigatoriedade era prevista por lei, na medida em que o objetivo era recuperar notas para a possível aprovação do aluno. Nesse caso, observa-se que a associação do conceito de recuperação relaciona-se mais à questão da aprovação do que à apropriação do conhecimento.

Na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, a ideia de recuperação do alunado está associada ao processo de ensino aprendizagem. Nessa lei, a recuperação é concebida como forma de sanar os problemas dos alunos com defasagens, que não são aquelas relacionadas apenas aos conteúdos, mas também às habilidades e competências. Para tanto, a LDBEN/96 criou as condições necessárias para o estabelecimento da progressão continuada: ampliação da jornada escolar, recuperação paralela e contínua dos alunos com baixo rendimento escolar e esquemas de aceleração de aprendizagem para alunos com atraso escolar. Essa lei possibilitou a implantação da progressão continuada de modo generalizado pelas redes públicas a partir de 1996.

Cabe ressaltar a diferença entre dificuldades de rendimento escolar e dificuldades de aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se faz através da assiduidade e do aproveitamento nos estudos. As dificuldades de rendimento escolar são diagnosticadas a partir das avaliações formais da escola, nas quais o aluno não alcança o rendimento padrão dos demais. Já as dificuldades de aprendizagem são manifestas como dificuldades motoras ou psicomotoras, de atenção, memorização, compreensão, desinteresse, escassa participação e problemas de comportamento. Nesse grupo de alunos, a generalizada integridade orgânica convive com a deficiência na aprendizagem. O atendimento às crianças com baixo rendimento escolar confunde-se com o tratamento às crianças portadoras de deficiências, pois se acreditava que a causa era a mesma – “o encaminhamento de alunos para o reforço e recuperação não pode ser visto apenas como uma ação burocrática e técnica, mas o resultado de um processo de reinterpretação pela escola e pelo professor de como se adaptar a atender as demandas legais a partir de seu

conhecimento, práticas e bases de seu trabalho educativo, ou seja, a partir da cultura escolar e docente” (PEREIRA, 2005, p.25).

Logo, tanto o reforço escolar quanto a recuperação remetem a quatro importantes etapas: o diagnóstico do problema, o encaminhamento, o trabalho junto ao aluno propriamente dito e o diálogo entre as classes de reforço e recuperação e a classe do aluno no ensino regular.

A influência da psicopedagogia ainda reflete nos diagnósticos, ora de forma positiva, ora de forma negativa. O rótulo da dislexia, disritmia e TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade) contribuem para camuflar os problemas sócio-pedagógicos gerados, em grande parte, pela escola. Dessa forma, o diagnóstico do aluno com dificuldades de aprendizagem geralmente é feito de dentro para fora da sala de aula, ou seja, os alunos são encaminhados para psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos entre outros profissionais.

Quando se trata de fracasso escolar, observa-se, muitas vezes, uma cobrança sobre a família no sentido de transferir para os pais a responsabilidade do fracasso da criança na escola.

A LDB de 1996, ao inserir a possibilidade da progressão continuada, traz a possibilidade de novas formas de avaliação e, portanto, de mudanças no diagnóstico, encaminhamento e tratamento das dificuldades escolares. Entretanto, é necessário distinguir a teoria, a legalidade e a prática.

De acordo com o documento Linhas programáticas para o atendimento especializado na sala de apoio pedagógico específico (BRASIL, 1994), o encaminhamento para as salas de apoio pedagógico específico deve decorrer das observações sistemáticas do professor do ensino regular. Sugere-se que a avaliação do desenvolvimento global do aluno seja uma constante na atuação docente, seguida de estudo de caso pela equipe pedagógica da escola.

O atendimento a alunos com dificuldades escolares em algumas escolas são feitos em períodos de contra turno, em sala para a qual foi designado um docente regente; em outras, no próprio turno, por professores auxiliares, nos horários “vagos”. Cabe ressaltar que uma vez que o aluno não tem horário

vago costuma receber o reforço durante horários nos quais são desenvolvidas atividades esportivas, artísticas ou culturais.

A recuperação acaba por significar momentos de novas cobranças, repetindo estratégias pedagógicas, metodologias, exercícios e instrumentos de avaliação, de forma a reforçar o fracasso no aluno uma vez que não se propõe um novo método de ensino aprendizagem. Percebe-se que a recuperação é posta no sentido de recuperar conteúdos e não aprendizagem – “a implementação da política de educação inclusiva , [no Brasil, intensificada no final da década de 90 e início do século XXI], traz no seu bojo o fortalecimento da oferta do atendimento educacional especializado, trazendo clareza do seu significado para a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A concepção de atendimento educacional especializado ultrapassa o entendimento deste como atividade concernente à área da saúde ou como mera repetição de atividades pedagógicas, concebidas tradicionalmente como reforço escolar, exigindo mudanças estruturais na escola comum que passa incorporar ao atendimento educacional especializado, envolvendo a realização de atividades que diferem daquelas do ensino comum, caracterizadas como fundamentais para o desenvolvimento pessoal do aluno e para sua autonomia no processo de escolarização” (DUTRA, 2007, p. 19).

Finalmente, cabe discutir o processo de diálogo entre os docentes das classes de apoio, reforço ou recuperação com os das classes regulares. Os professores da sala do ensino regular devem trabalhar articuladamente com os técnicos ou professores que fazem o tratamento de seu aluno. Isso requer que a organização do trabalho escolar preveja espaços de debate, tempos específicos para encontros entre os profissionais, capacitação dos docentes das classes regulares para compreensão do processo pelo qual seus alunos estão submetidos e para que possam dar continuidade ao trabalho já iniciado, bem como colaborar para a elevação da autoestima do aluno com dificuldades.

Além do exposto, algumas questões devem ser colocadas com relação ao processo de reforço escolar ou recuperação, a saber:

Em geral, as crianças estão prolongando sua estada na escola, ou entrando mais cedo ou saindo mais tarde, a fim de acompanhar as aulas de reforço. Caso a criança seja considerada oficialmente portadora de deficiência, a inserção nessa escola se dá via classe regular associada à classe de recurso, sendo que as atividades na classe de recurso parecem diferenciadas da classe regular, mas ainda assim com ênfase no conteúdo acadêmico do ensino fundamental, e os alunos que a frequentam praticamente dobram a jornada escolar em dois ou três dias da semana.

O fato de as crianças ou jovens frequentarem a escola em horários estendidos e/ou complementares à classe regular pode implicar na perda de um tempo precioso para atividades de integração ou inclusão social, importantes para o desenvolvimento dessas crianças e jovens. Além disso, quando o aluno precisa ir para casa e voltar em outro horário, a família tem que se haver com arranjos diferenciados para transporte e material escolar adicional. Caso os benefícios desse atendimento diferenciado não produzam resultados conclusivos, que beneficiem de fato o atendimento às necessidades dessas crianças, tais classes mais do que auxílio podem significar um sacrifício inútil a despeito de todo esse investimento pessoal e da família, particularmente porque podem permanecer vivenciando dificuldades e sentimento de fracasso. No que diz respeito à escola, a oferta de classes de reforço ou de recursos envolve a alocação de um número maior de professores, além dos regulares, e um número maior de salas de aula. Tal investimento implica em constante processo de avaliação dos resultados obtidos. (MENDES et al., 2000).

O Desafio da Qualidade de Ensino na Educação

É de extrema importância para a sociedade que o país coloque a educação no topo das prioridades.

Ressalta-se que se essa iniciativa for realizada, a probabilidade de atingir um ensino de qualidade é grande.

É perceptível o grande desestímulo por parte dos profissionais da escola, equipes sem incentivo, mal remuneradas e principalmente o desinteresse por parte das famílias em relação ao que acontece com seus filhos no ambiente escolar.

Os grandes problemas na Educação são: exclusão, evasão, retenção e baixo nível de aprendizagem.

De acordo com pesquisas realizadas, 97% das crianças brasileiras entre 7 a 14 anos estão na escola e o restante 31%, que corresponde a 1,5 milhão de crianças, estão excluídas da formação escolar.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro revelou que 74% dos brasileiros são analfabetos funcionais, ou seja, não são capazes de realizar a leitura de um texto como este devido à dificuldade de interpretação. De cada 4 pessoas somente uma consegue entender um texto complexo.

Na atualidade, momento no qual a globalização lidera, não há como sobreviver sem ter o domínio de competências básicas, como essa. O ideal é que os educadores atinjam o governo, no sentido de conscientizá-lo da importância da educação, investindo mais recursos em escolas e professores, estabelecendo uma política em longo prazo.

Se houver uma união entre educação e governo será possível oferecer um ensino de qualidade para todo cidadão brasileiro.

Gestão é base para elevar a qualidade do ensino

A qualidade do ensino nacional é uma questão importante, que tem sido objeto de constantes debates e que passa necessariamente por um importante ponto: a gestão. Para que a administração nas escolas públicas melhore, uma qualificação mais eficiente dos gestores se faz necessária. Eles precisam aprender como fazer da educação um processo mais democrático dentro da própria sociedade, ou seja, saber como fazer a ponte entre a escola e o grande público social numa via mais democrática. Para isso, argumenta-se, precisam ser capacitados.

Há, no entanto, diversos desafios para uma formação mais eficiente dos gestores de educação. Um exemplo desses desafios é o de conhecer a realidade da comunidade em que está inserida a escola. Não conhecê-la evita muitas vezes a possibilidade de desenvolver um planejamento adequado para a situação apresentada no local, que dê conta de aproveitar o potencial dos alunos. Outra dificuldade é fazer com que os gestores deem sequência aos planos que já deveriam estar em andamento. Por não saber como fazê-lo, acabam deixando de lado ideias já existentes (ou que estavam em andamento em eventual troca de gestão) e perdem a sintonia que deve haver entre as escolas municipais de todo o território nacional.

Desafios na capacitação de gestores

Algo que se precisa entender é que gestão não se encerra somente no aspecto administrativo, mas envolve também habilidade para lidar com recursos humanos e pedagógicos. A pedagogia perpassa todo o processo educacional e deve envolver todos os funcionários de uma escola. O investimento nos gestores é o mais importante; por outro lado, não se pode esquecer da contínua formação das Secretarias da Educação dos municípios, que têm um papel fundamental nesse processo, pois distribuem recursos e são responsáveis também pela qualidade do ensino que oferecem às crianças.

A seguir, confira uma iniciativa que tem alcançado resultados interessantes no país e que tem sabido como contornar esses desafios.

Exemplo do programa Melhoria da Educação no Município

O programa Melhoria da Educação no Município é uma iniciativa da Unicef com a Fundação Itaú Social. Sua proposta inicial era de capacitar gestores da educação a produzir um plano de ação direcionado ao seu município, depois de fazer um diagnóstico local a partir de indicadores sociais, encontrando espaços educativos mal aproveitados (parques, museus, bibliotecas) e analisando algumas fragilidades do sistema de educação (como descompasso entre o que a criança aprende e o

que ela utiliza no seu dia a dia). Esse programa é uma iniciativa importante no campo e já capacitou 3.438 gestores – o que envolve mais de mil municípios em dezessete estados do país. Ao ser capaz de encontrar a raiz dos problemas, ficou mais fácil saber onde atacá-los com melhor êxito.

Para não correr o risco de que os gestores já capacitados entrem numa rotina e deixem de lado o que aprenderam, o programa garante seminários nos municípios que já receberam o treinamento, com intenção de atualizar os seus gestores, o que fortalece a qualidade na educação. A pauta nesses seminários é trazer os próprios profissionais para discutir a importância do seu papel no processo educativo. Os seminários são conduzidos na sua maioria à maneira de oficinas, em que tarefas (problemas hipotéticos) precisam ser solucionadas. A partir daí, os gestores se atualizam.

Significado de Gestão Escolar

Gestão escolar consiste num **sistema de organização interno da escola**, envolvendo todos os setores que estão relacionados com as práticas escolares. Desta forma, a gestão escolar visa garantir um desenvolvimento socioeducacional eficaz na instituição de ensino.

Cada escola deve desenvolver o seu **plano de gestão escolar**, com base nas diretrizes de educação vigentes. Como resultado desta gestão, espera-se que a instituição tenha uma excelência no ensino; redução da inadimplência; prevenção da evasão escolar; combater à indisciplina; manter a motivação da equipe que compõe a escola; além de manter os pais e os alunos engajados nos projetos escolares.

O responsável por atuar na organização da gestão escolar é o **gestor escolar**. Este profissional tem a missão de elaborar propostas pedagógicas para a escola em que atua, com base na democracia e na participação da comunidade, garantindo a manutenção da qualidade do ensino.

Além disso, o sistema de gestão escolar deve valorizar a atuação de educadores com a responsabilidade de formar cidadãos críticos sobre a realidade, que tenham opinião e integridade. Também devem ajudar os jovens a desenvolverem as suas competências e habilidades, sejam elas naturais ou aprendidas ao longo do tempo.

A gestão escola é constituída por quatro principais pilares:

- **Gestão pedagógica:** organização, planejamento e administração da área educativa;
- **Gestão administrativa:** organização e administração da instituição como estrutura física, como o prédio, os equipamentos, materiais necessários para o funcionamento das aulas e dos projetos propostos pela gestão pedagógica, etc;
- **Gestão financeira:** organiza o orçamento da instituição, se responsabilizando em distribuir de forma ordenada a verba para os diferentes setores da escola. Cuida de toda a parte financeira da instituição (cálculo de custos, fluxo de caixa, definição de orçamento, entre outras atividades);
- **Gestão de recursos humanos:** organização de pessoal, ou seja, de toda a comunidade que faz parte do ambiente escolar (alunos, professores, funcionários, responsáveis e comunidade em geral). A principal missão da gestão de recursos humanos é garantir que todos mantenham a satisfação e, consequentemente, o rendimento de suas atividades. Os direitos, deveres e atribuições de todas as pessoas que compõem a instituição devem ser baseados no Regimento Escolar.

Conforme determina a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, a autonomia das escolas na organização de suas respectivas gestões visa atender as especificidades locais e regionais de cada lugar.

Gestão escolar e gestão pedagógica: diferentes e complementares!

O que torna uma instituição de ensino (IE) diferente de outras empresas? Ela não oferece um produto, mas atua com base em uma missão clara e definida, além de um compromisso com o desenvolvimento humano e com a sua repercussão social. Mas, para que esse ideal se torne realidade, gestão pedagógica e gestão escolar precisam estar perfeitamente alinhadas.

Não é comum os gestores terem consciência desses 2 papéis complementares. Em muitas instituições, o foco na gestão pedagógica e a preocupação com a missão são tão intensos que os aspectos administrativos são negligenciados.

No entanto, é preciso se atentar para um fato: mesmo que a missão esteja entranhada na existência de uma IE, o seu dia a dia exige procedimentos e providências bem menos filosóficas e mais práticas.

Há um espaço a ser administrado, contas que demandam pagamento, pessoas que precisam de orientação e de liderança, quesitos burocráticos que requerem providências... Enfim, a concretização de um ideal exige uma boa dose de pragmatismo.

E, em sua instituição de ensino, como essas 2 vertentes da gestão se relacionam? Elas se desenvolvem em equilíbrio? A IE consegue cumprir o seu propósito ao mesmo tempo em que alcança estabilidade e crescimento?

Se você quer saber como esses 2 aspectos se complementam e por que eles devem obter total atenção na sua escola, este post vai te ajudar. Vamos falar sobre esses diferentes conceitos e a sua importância para o sucesso da instituição. Preparado para começar?

O que é a gestão escolar?

Trata-se da aplicação de práticas administrativas comuns no mundo dos negócios à lógica e à organização da instituição de ensino.

A gestão escolar reúne as práticas e os procedimentos comuns à administração de qualquer empresa:

- contratação de funcionários;
- pagamento de salários;
- aluguel ou compra do espaço físico;
- aquisição de materiais;
- além das despesas e cuidados relacionados à manutenção e conservação do ambiente.

E também, como qualquer outra empresa, a gestão escolar precisa olhar para a comunidade, para o mercado no qual está inserida e para os seus concorrentes. Dessa forma, o gestor escolar poderá analisar os seus processos de maneira crítica e rigorosa a fim de avaliar a instituição e de propor mudanças para melhorar a sua qualidade.

Como sabemos, a Educação é mais que um mero produto. Ela envolve um compromisso filosófico e um ideal humanitário. Por isso, muitos gestores e a comunidade escolar têm um certo preconceito quanto a essa visão mais pragmática da administração.

No entanto, precisamos nos lembrar de que o fator econômico é fundamental para viabilizar a aplicação da visão. Sem cumprir as exigências burocráticas e honrar compromissos financeiros, a instituição se torna incapaz de manter o seu funcionamento e de concretizar os seus ideais.

Por isso, mesmo que consideremos a Educação uma atividade que vai além da finalidade comercial, as escolas também precisam ter lucro, além de manifestar produtividade e eficiência.

Para obter esse resultado, é necessário que a IE conte com as mesmas ferramentas que orientam a administração empresarial. Ela deve utilizar dados para tornar a sua administração eficaz, conquistando a oportunidade de provocar um impacto positivo para a sociedade.

Entre as atribuições do gestor escolar, podemos destacar:

- organização e administração do espaço escolar, com o devido cuidado com a limpeza e a adequação às necessidades dos seus usuários;
- gestão dos recursos físicos, materiais, financeiros e humanos da instituição;
- identificação das necessidades de compras de equipamentos e de suprimentos necessários para o bom funcionamento da escola;
- organização das atividades relacionadas à manutenção da estrutura física e dos bens patrimoniais, como consertos e inspeções;
- atualização periódica do inventário dos bens e recursos patrimoniais da instituição;
- orientação quanto à utilização correta dos materiais adquiridos pela escola;
- fiscalização e garantia do cumprimento das leis, diretrizes e estatutos do colégio ou do curso;
- adoção de novos métodos ou de recursos tecnológicos capazes de promover a melhoria nos processos de gestão, em todos os departamentos da instituição.

O que é a gestão pedagógica?

Essa é, de fato, a atividade-fim de uma instituição de ensino. Trata-se do seu core business e, por isso, a gestão pedagógica normalmente já aparece entre as prioridades de uma escola.

Ela é o coração da IE, o setor que estabelece uma identidade para a escola. Geralmente tem como principal ator o coordenador pedagógico. Devido ao seu trabalho, a escola conquista a clientela e faz com que as famílias confiem o preparo dos seus filhos à instituição.

A gestão pedagógica organiza e planeja o sistema educacional e trabalha na elaboração e na execução de projetos pedagógicos. Por isso, o seu principal objetivo é garantir a melhoria da qualidade educacional.

Em seu dia a dia, ela analisa a atual situação da instituição, estabelece metas para melhorar a qualidade do ensino, promove a qualificação do corpo docente para superar esse desafio e promove as mudanças necessárias para que a sua equipe seja capaz de ensinar mais e melhor.

Também estão envolvidos na gestão pedagógica os diretores e os orientadores educacionais. Entre as suas atribuições, podemos destacar:

- articulação das concepções, estratégias, métodos e conteúdos para a produção de resultados no ambiente educacional;
- definição de metas para atender aos padrões de qualidade requeridos pela comunidade na qual a instituição está inserida;
- alinhamento dos processos pedagógicos e a sua devida otimização a fim de melhorar o desempenho dos alunos;
- envolvimento dos profissionais de ensino e da comunidade no objetivo de alcançar bons resultados com a educação;
- avaliação constante do trabalho pedagógico realizado para validar iniciativas eficazes e propor melhorias que levem à excelência;
- criação de um ambiente educacionalmente estimulante, que faça o professor ter vontade de ensinar e desperte, no aluno, o desejo de aprender.

Por que a gestão de pessoas é um desafio em comum?

Vale lembrar que, em ambas as vertentes, os gestores têm um desafio em comum: a gestão de pessoas. No caso do gestor escolar, tudo o que acontece com a instituição é, de certa forma, a sua responsabilidade.

Portanto, a contratação de funcionários para os mais diversos cargos passa pela sua aprovação, e a gestão também está entre as suas atribuições.

Porém, especialmente quando falamos de setores administrativos, é o papel do gestor escolar orientar a atuação desses funcionários. Secretaria, departamento financeiro, almoxarifado, limpeza e conservação, monitoria, portaria: todos estão sob seu comando.

Quanto ao gestor pedagógico, ele possui uma atribuição bem específica em relação aos recursos humanos da IE.

É o seu papel garantir que os professores — a linha de frente do trabalho pedagógico — sejam devidamente capacitados e trabalhem motivados. E promover o permanente desenvolvimento desses educadores e a satisfação com o ambiente de trabalho é um desafio.

A capacidade para contornar obstáculos, promover o diálogo e criar um relacionamento respeitoso e produtivo é uma das principais tarefas relacionadas a essa função.

Por que é importante diferenciar os 2 conceitos?

Em um aspecto, esses 2 eixos precisam ter uma certeza: a qualidade de ensino depende não só da existência de bons recursos. A escola precisa assegurar que a sua equipe saiba utilizá-los de maneira otimizada a fim de atender às necessidades do aluno. Ele é o centro de todo o processo.

No entanto, em outros aspectos, esses 2 conceitos precisam ser bem diferenciados. Apenas quando a equipe escolar conhece essas diferentes atribuições, ela consegue equilibrar perfeitamente esses eixos, dando à IE as condições necessárias para colocar em prática o seu projeto pedagógico e impactar positivamente o seu entorno.

Sem uma gestão pedagógica de qualidade, a escola não tem o que oferecer à sociedade. Ela se torna um depósito de crianças ou, no máximo, um grupo de cuidadores.

É com a excelência pedagógica que uma IE consegue exercer a sua função e formar cidadãos íntegros, capazes de analisar, criticar e transformar a sociedade em que vivem. Ela os orienta a desenvolver as suas habilidades e as suas competências, tornando-os aptos para atuar no mercado de trabalho e para contribuir com o progresso da comunidade.

Por outro lado, é a gestão escolar ou administrativa que viabiliza esse projeto. Sem a estrutura e os recursos necessários, por mais visionário que seja uma proposta pedagógica, ela se torna impraticável.

Por isso, independentemente se a gestão escolar e a gestão pedagógica são conduzidas por uma única pessoa (em caso de instituições menores) ou por uma equipe (nas escolas maiores), esses 2 aspectos devem receber atenção. Quando algum deles fica defasado, prejudica o sucesso ou a sobrevivência da instituição.

Como fazer com que a gestão em uma escola seja unida?

Embora a gestão tenha essas diferentes vertentes, não podemos nos esquecer de que ambas precisam ter uma finalidade única: a qualidade e o sucesso da instituição.

Por isso, é fundamental ter uma gestão unida, capaz de utilizar as suas atribuições e as suas habilidades para alcançar esse objetivo comum. Mas como uma IE pode fazer isso?

Promova uma gestão democrática

A educação não é uma atividade solitária. Nela, as pessoas interagem e colaboram umas com as outras. Isso vale não só para mestres e alunos, mas também para a equipe envolvida na gestão.

O bom gestor escolar consegue estabelecer uma relação de parceria com a sua equipe. O segredo do sucesso está no envolvimento: de coordenadores,

de professores, de orientadores, de funcionários e mesmo das famílias que compõem a comunidade escolar.

O mesmo papel que os stakeholders representam em uma empresa, esses diferentes grupos exercem na escola. Por isso, o processo participativo para a tomada de decisão é uma estratégia importantíssima para obter engajamento e colaboração.

Esses stakeholders, que nas empresas são grupos com interesses diferentes (funcionários, investidores, fornecedores, clientes, etc) têm seus equivalentes nas instituições de ensino. Pais, alunos, funcionários, professores, gestores, comunidades — cada um desses grupos têm suas expectativas quanto ao papel da escola e o benefício que ela pode proporcionar para aquele segmento. Por esse motivo, é importante que eles sejam representados na tomada de decisão.

Fique atento às demandas da sociedade

Em uma sociedade, a escola é a instituição mais comprometida com a preparação para o futuro.

Os seus alunos não podem sair dela preparados para atuar no mercado e na comunidade de hoje. Eles precisam adquirir conhecimentos e desenvolver competências que os tornem aptos a marcar presença na sociedade do amanhã.

Por isso, um dos principais desafios — e, ao mesmo tempo, uma estratégia para formar uma equipe unida — é inspirar uma visão de futuro, baseada nas demandas da sociedade. Isso garante um senso de propósito e uma oportunidade de participar de um projeto transformador.

Considerando que os educadores são profissionais, mas também idealistas, essa é uma excelente maneira de engajá-los no seu projeto e criar um time coeso.

Faça da escola um espaço democrático

Em muitas escolas, o gestor centraliza grande parte das decisões. Isso se deve a vários motivos: a sua responsabilidade na condução dos negócios, o seu conhecimento específico do setor, a sua experiência construída ao longo de uma história em instituições de ensino.

Porém, quando esse processo de tomada de decisão é democratizado, o retorno e o envolvimento da equipe se tornam maiores. Para isso, não é necessário começar realizando assembleias.

A escola pode fazer isso (ou iniciar esse processo) de forma muito mais sutil. É importante que a instituição proveja um canal por meio do qual pais, professores e funcionários tenham a oportunidade de manifestar a sua opinião.

Essa atitude não significa que a escola cederá a todas as requisições realizadas, mas que analisará as propostas e acatará aquelas capazes de agregar valor ao processo educacional.

Para a surpresa dos gestores, muitos desses personagens serão capazes de dar contribuições realmente significativas. Com um ponto de vista diferente, eles podem propor soluções que ainda não haviam sido cogitadas pela equipe de gestão, simplificando a rotina e favorecendo a construção da excelência.

Valorize as contribuições

Mas, para alcançar esse alvo, é preciso tomar atitudes que realmente demonstrem aceitação e incentivo. Uma delas é a prática das sugestões, desde que viáveis.

Outra ação importante para a valorização é a atribuição dos resultados aos autores da solução. A apropriação indevida das ideias sugeridas por funcionários ou por clientes inibe o engajamento e cria um clima desconfiança desnecessário e improdutivo.

Quando as iniciativas e a sua autoria são reconhecidas e valorizadas pelos resultados apresentados, outros membros da equipe se sentem estimulados a manifestarem as suas opiniões e a contribuir para a solução de problemas.

Além disso, essa escuta das necessidades e das sugestões contribui para uma melhor aceitação da marca no setor educacional. Portanto, ela tem efeito, também, sobre a percepção da clientela e sobre o marketing da instituição.

Estabeleça uma comunicação produtiva

O compartilhamento de informações de forma organizada e antecipada é um sinal de respeito aos profissionais e à comunidade escolar.

Essa atitude demonstra transparência e permite que todos tenham uma visão clara do que se espera de cada um e do que a instituição entende como excelência. Quando o educador conhece as diretrizes, ele pode segui-las de forma objetiva e obter um feedback a respeito do seu desempenho de acordo com os parâmetros estabelecidos.

Além disso, a comunicação antecipada permite que o funcionário se organize da melhor forma para atender às exigências ou às convocações da instituição. Esse é um sinal de respeito à vida pessoal e aos compromissos profissionais dos educadores.

Ouça as dificuldades

Se o trabalho pedagógico não tem o resultado que os gestores desejam, possivelmente não é porque os professores não estejam interessados em alcançar a excelência.

Todos os educadores desejam trabalhar em instituições de ensino reconhecidas pela sua qualidade e pela sua capacidade de alçar os alunos ao padrão necessário para conquistar os seus objetivos.

Mas, se existe vontade por parte dos educadores, o que impede a instituição de alcançar esse nível de excelência? É preciso ouvir todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem para detectar as causas do insucesso e corrigi-las.

Quando os gestores adotam uma postura de parceria em busca de solução, e não de simples cobrança para obter resultados, eles constroem uma equipe unida e eficiente.

Promova a formação continuada

Toda instituição educacional precisa se importar e trabalhar para alcançar resultados melhores. Sem essa preocupação, ela trai a confiança da sua clientela e deixa de oferecer aos alunos a oportunidade de desenvolver integralmente o seu potencial.

Porém, há formas diferentes de alcançar resultados: a 1ª é pela cobrança, e a 2ª é pelo aperfeiçoamento constante da equipe.

Quando os gestores exigem de professores e de funcionários um desempenho melhor, mas não participam da construção dessa equipe, ela criará desgastes e não obterá o resultado desejado.

No entanto, quando o profissional percebe que a escola acredita no seu potencial e que fornece as ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento, ele se sente motivado e procura implementar melhorias.

Nesse aspecto, a escola precisa praticar aquilo que ensina aos seus alunos: que na vida é necessário aprender constantemente. Aprender novos métodos de ensino, novas abordagens às dificuldades dos alunos, novas aplicações da tecnologia à realidade escolar...

Mais do que isso, ela precisa mostrar que, como instituição, também está disposta a assimilar novos modelos de gestão e a adotar processos para torná-la menos burocrática e mais eficiente.

Portanto, o aperfeiçoamento constante, seja pela otimização de processos ou pela formação continuada, é uma tônica importante para unir a equipe em torno de um projeto de excelência.

Qual é a importância do trio gestor na escola?

Até agora, falamos da gestão pedagógica e gestão escolar como 2 vertentes que trabalham internamente na construção e na viabilização de um projeto educacional.

No entanto, é preciso se lembrar de que a equipe interna pode contar ainda com um aliado externo para alcançar a qualidade educacional: o supervisor escolar.

Juntos, esses 3 personagens — diretor, coordenador pedagógico e supervisor escolar — formam o trio gestor das instituições de ensino.

Como já falamos sobre o gestor escolar e sobre o gestor pedagógico, vamos iniciar este tópico com informações sobre o supervisor escolar. Ele é um educador disponibilizado pela Secretaria de Educação para auxiliar as instituições de ensino.

Sua principal função é orientar coordenadores e diretores quanto ao exercício das suas tarefas com o objetivo de alcançar melhores resultados. Ele é responsável pela implantação dos programas oficiais, necessários para que a rede tenha unidade e coerência, podendo ser caracterizada como um sistema de ensino.

Mas por que agregar esse agente externo à equipe escolar?

Em 1º lugar, devido à capacidade de orientar as instituições rumo à excelência. Quando existe uma proximidade entre escola e Secretaria de Educação, as IEs conseguem obter resultados mais expressivos nas avaliações oficiais.

Além disso, o supervisor atua como orientador ou consultor, acompanhando e apoiando o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico e trabalha na formação de diretores de escola e de coordenadores pedagógicos.

Mas como esse trio gestor pode atuar em consonância para obter melhores resultados?

Quando se fala que a 3ª pessoa do trio gestor é o supervisor escolar da Secretaria da Educação, muitos administradores escolares temem e automaticamente rejeitam essa ideia.

O motivo para isso é simples: muitos desconhecem esse caráter orientador do trabalho do supervisor e o veem apenas como o responsável por fiscalizar ações, detectar falhas e determinar ordens.

Esse desconhecimento do real papel do supervisor gera uma resistência que se torna improdutiva para a própria escola. Em vez de se beneficiar do conhecimento de um profissional conhecedor de leis e de métodos de ensino — que pode atuar como um consultor da instituição —, ela cria uma barreira que impede essa colaboração.

Portanto, o 1º passo para obter os benefícios dessa parceria é o conhecimento do papel de todos os participantes do trio gestor. Acompanhe:

Diretor

Responsável pelo gerenciamento da instituição de ensino nos seus aspectos físicos e estruturais, materiais e humanos. O diretor responde, também, legal e judicialmente, pela escola, inclusive quanto aos seus resultados pedagógicos.

Coordenador pedagógico

É uma espécie de mentor do grupo dos professores. Cabe a ele conhecer as diversas metodologias e abordagens didáticas e orientar o corpo docente a utilizá-las para obter melhores resultados.

O seu principal alvo é promover o aperfeiçoamento permanente dos professores. Ele deve acompanhar o trabalho pedagógico, analisar os resultados, conduzir a implantação de melhorias e reiniciar o ciclo de avaliação e aperfeiçoamento para tornar o processo de ensino e de aprendizagem cada vez mais eficaz.

Supervisor escolar

É designado para dar apoio às escolas e intermediar a sua relação com o Poder Executivo. Eles devem orientar os diretores quanto às soluções mais adequadas para as questões do dia a dia.

Também é a sua responsabilidade atuar na formação continuada de coordenadores pedagógicos e de professores, ajudando-os a implantar melhorias que elevem o desempenho da instituição.

A partir desse conhecimento, é fundamental que as 3 partes desenvolvam uma atitude colaborativa.

Conclusão

O equilíbrio entre gestão escolar e gestão pedagógica é essencial para que a instituição alcance os seus objetivos. Enquanto o olhar pedagógico dá um rumo e visão ao projeto, a área administrativa garante que haja recursos para concretizar essa proposta.

Portanto, trata-se de uma construção coletiva, que envolve questões ideológicas e práticas. Se bem alinhadas, elas promovem o sucesso da instituição e a satisfação dos clientes, além de impactar positivamente a sociedade.